



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Conselho Superior do Ministério Público

**Boletim Informativo
N.º 11/2019**

Plenário | 11.7.2019

Boletim Informativo



Sumário

| | |
|-----------------------------------|------|
| ■ PRESENÇAS | >> 2 |
| ■ ORDEM DO DIA | >> 3 |
| ■ Ata | >> 3 |
| Temas de Ordem Geral | >> 3 |
| Formação Contínua do CEJ | >> 3 |
| Processos de Natureza Disciplinar | >> 3 |
| Inspeções | >> 4 |
| Remunerações | >> 4 |
| Recursos Hierárquicos (COJ) | >> 4 |
| ■ ADITAMENTO | >> 5 |



Presenças

■ Presidente

Senhora Procuradora-Geral da República, **Dr.ª Lucília Gago**.

■ Vogais

Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, e Évora, respetivamente, **Drs. Amadeu Francisco Ribeiro Guerra, Maria Raquel Ribeiro Desterro de Almeida Ferreira, Maria José Valente de Melo Bandeira e Alcides Manuel Rodrigues**;

Procurador-Geral-Adjunto, **Dr. Pedro Manuel Branquinho Ferreira Dias**;

Procuradores da República, **Drs. Carlos José do Nascimento Teixeira e Alexandra Maria da Conceição Chicharo das Neves**;

Procuradores-Adjuntos, **Drs. Luís Filipe da Palma Martins, Francisco Pereira Pinto Ferreira Guedes, David Alexandrino Paulo Albuquerque e Aguilar** (membro permanente) e **André Namora de Melo Teixeira**;

Membros eleitos pela Assembleia da República, **Drs. Manuel Magalhães e Silva, Alfredo José Leal Castanheira Neves, João Luís Madeira Lopes, e António José Barradas Leitão** (membro permanente);

Membros designados por Sua Excelência, a Ministra da Justiça: **Dr. Augusto Arala Chaves e Professora Doutora Maria João Antunes**.

■ Secretário

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, **Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira**.



ORDEM DO DIA

Ata

1. Aprovação da ata da sessão realizada em 25 de junho de 2019.

Temas de Ordem Geral

2. O CSMP deliberou, por unanimidade, indicar ao Centro de Estudos Judiciários, o número de candidatos a admitir a curso de formação de magistrados para virem a integrar a magistratura do Ministério Público – artigo 7.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro.

Declaração de voto Dr. Magalhães e Silva:

«Voto favoravelmente a indicação ao Centro de Estudos Judiciários do número de candidatos a admitir, sem prejuízo da indispensabilidade de se avaliar o tema quadros versus produtividade, quando se publicita que comparamos mal com países próximos, geograficamente e em termos de sistema legal e administração judiciária. Importa, por isso, determinar o “se”, o “porquê” e o “como” da aparente discrepância que parece ser tributária do problema de produtividade que caracteriza a uma administração, lato senso, e a nossa economia.»

3. O CSMP aprovou, por unanimidade, parecer sobre a carência de oficiais de justiça afetos aos serviços do Ministério Público.

Relatora: Dr.ª Alexandra Chícharo das Neves.

4. Requerimento apresentado pelo Coordenador dos Inspetores do Ministério Público, solicitando que aos procuradores da República que exercem funções de Inspetor seja permitida a possibilidade de admissão a concurso no movimento de magistrados do Ministério Público, tendo em vista a obtenção de lugar de origem.

Relator: Dr. Barradas Leitão

Adiado.

Formação Contínua do CEJ

5. O CSMP deliberou, por unanimidade, a indicação das necessidades de formação contínua ministrada pelo Centro de Estudos Judiciários a integrar no plano de atividades para 2019-1020.

Relator: Dr. David Aguilar

Processos de Natureza Disciplinar

6. O CSMP deliberou, por unanimidade, deferir pedido de reabilitação apresentado por procurador da República no âmbito de processo que visou o apuramento de responsabilidade disciplinar relacionada com a atuação do Ministério Público na Região Autónoma da Madeira.

Relator: Dr. Madeira Lopes



Conselho Superior do Ministério Público

Inspeções

7. O CSMP deliberou, por unanimidade, indeferir reclamação da deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional, de 11 de abril de 2019, que atribuiu a classificação de “Suficiente” a procuradora da República.

Relator: Dr. Barradas Leitão

Não participou na votação a Dr.ª Alexandra Neves.

Remunerações

8. O CSMP deliberou deferir requerimento apresentado por procurador da República, solicitando o acerto de valores devidos a título de ajudas de custo e despesas de transporte.

Relator: Dr. Carlos Teixeira

Votou contra a Professora Doutora Maria João Antunes e o Dr. Amadeu Guerra.

Absteve-se o Dr. Magalhães e Silva, o Dr. Castanheira Neves e o Dr. Arala Chaves.

Não participou na votação a Dr.ª Alexandra Neves.

Declaração de voto Professora Doutora Maria João Antunes:

«Votei contra na sequência da posição anterior sobre o assunto.»

[Declaração de voto Dr. Amadeu Guerra](#)

9. Requerimento apresentado pelos então Membros Permanentes do Conselho Superior do Ministério Público, Drs. António José Barradas Leitão e Jorge Alves de Oliveira, solicitando o pagamento de ajudas de custo.

Redistribuído.

Recursos Hierárquicos (COJ)

10. Recurso hierárquico interposto por técnico de justiça principal da deliberação do Conselho dos Oficiais de Justiça, de 21 de fevereiro de 2019, que atribuiu ao recorrente a classificação de “Bom”.

Relator: Dr. Francisco Guedes

Adiado



ADITAMENTO

1. O CSMP deliberou, por unanimidade, indicar como membro para integrar o júri do concurso curricular de acesso ao Supremo Tribunal de Justiça, o Dr. Amadeu Guerra (artigo 52.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais).
2. O CSMP deliberou, por unanimidade, homologar os Planos Individuais de Estágio dos auditores de justiça que concluíram com aproveitamento o 2.º ciclo da fase de formação inicial do 33.º Curso Normal de Formação (artigo 70.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro).

Relator: Dr. Barradas Leitão

3. Pedido de autorização para renovação da comissão de serviço por procurador da República que vem exercendo as funções de Inspetor--Coordenador da Delegação Centro do Serviço de Auditoria e Inspeção da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – artigo 12.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, e artigos 139.º e 140.º do Estatuto do Ministério Público.

Relator: Dr. David Aguilar

Retirado da tabela

*

A sessão teve início às 10 h e terminou às 14 horas e 10 minutos.